

“Novo - desenvolvimentismo” no Brasil: gênese, ascensão e queda.

Raphael Rodrigues de Oliveira¹

Resumo: Na literatura associada a história econômica do Brasil, o “novo - desenvolvimentismo” se refere às discussões acerca da perspectiva teórica e política associada aos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011 – 2016). Considerando o ainda recente processo de impeachment ocorrido em 2016, à partir dos escritos de autores que se dedicaram à crítica ao desenvolvimentismo no período de 1930 a 1980, e autores contemporâneos, busca-se realizar uma análise da trajetória histórica do “novo - desenvolvimentismo”, de forma a se ter elementos que propiciam uma explicação para a ruptura da base política de sustentação dos referidos governos e da própria perspectiva teórica. Isso através da crítica à ideia da existência, e participação, do “grande empresariado nacional”, ou da “nova burguesia nacional, na liderança da frente política representativa de um projeto “novo - desenvolvimentista”.

Palavras chave: “novo-desenvolvimentismo”; governos Lula e Dilma; “nova burguesia nacional”; desenvolvimento nacional.

“New – Developmentalism” in Brazil: genesis, rise and fall.

Abstract: In the bibliography associated to Brazilian economic history, the “new - developmentalism” refers to discussions about the theoretical and political perspective associated to Lula (2003 – 2010) and Dilma Rouseff (2011 – 2016) governments. Considering the recent impeachment process occurred in 2016, from the writings of authors who that dedicated themselves to the critique of developmentalism in the period of 1930 to 1980, and contemporary authors, the objective is realize an analysis of historical trajectory of the “new - developmentalism”, in order to have elements that provide an explanation for the rupture of the political base of support of the mentioned governments and of the own theoretical perspective. This through the critique of the idea of the existence and participation of the “great national business”, or of the “new national bourgeoisie”, in the leadership of this political front, representative of a “new developmentalist” project.

Keywords: “new developmentalism”; Lula and Dilma governments; “new national bourgeoisie”; national developmentalism.

Introdução

No Brasil, as duas primeiras décadas do século XXI constituem o contexto em que ocorreram as vitórias eleitorais, à presidência da república, do Partido dos Trabalhadores (PT), representado pelos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rouseff (2011 – 2016). Neste período, ocorreu diversa produção de escritos acadêmicos e políticos, tanto na discussão sobre a validade da utilização do termo desenvolvimentismo para caracterizar estes governos, quanto com o claro objetivo de fundamentar, enquanto uma crítica ao agrupamento político anterior que ocupou a presidência, as bases teóricas e as tarefas que o novo governo então se propunha a realizar². E é assim que, do ponto de vista da perspectiva teórica que influenciou e respaldou, política e teoricamente, à ação política destes governos, é que se refere ao que se denomina “novo - desenvolvimentismo”.

¹ Economista e Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutorando PPGE-UFU. E-mail: rodrigues934@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8994291559223514>

² Ver: (BASTOS, 2012).

Partindo do entendimento de que os pressupostos teóricos que fundamentam o “novo - desenvolvimentismo” carecem de uma sólida interpretação histórica sobre o processo de formação da sociedade nacional e das problemáticas daí decorrentes, o que se propõem neste texto, acrescentando ao que já existe em relação à temática do desenvolvimento nacional, é realizar uma análise crítica do “novo - desenvolvimentismo”, com elementos que perpassem a sua trajetória histórica desde à gênese, a ascensão, e a queda, no plano teórico e político.

A principal questão a ser tratada aqui é o aparente equívoco teórico do “novo-desenvolvimentismo”, materializado no âmbito da realidade política e social, no processo que culminou na deposição de Dilma Roussef. Processo este que contou com a liderança de parlamentares, entidades de representação empresarial da indústria e do agronegócio, que anteriormente eram considerados aliados e membros fundamentais da base de sustentação do governo, assim como para a execução da referida política econômica “novo-desenvolvimentista”. A crítica que este texto se propõem a fazer, se direciona ao entendimento que alguns autores tem sobre os governos Lula e Dilma e o “novo - desenvolvimentismo”, focando nas categorias “grande empresariado” (BRESSER-PEREIRA, 2003; 2006; 2012a; 2012b; 2012c) e “grande burguesia interna/nova burguesia nacional” (BOITO JÚNIOR, 2012a; 2012b), enquanto partícipes da base de sustentação política desses governos.

2. A Gênese.

Inicialmente é importante de se pensar que quando se fala em um “novo - desenvolvimentismo”, pressupõem-se a existência de um “antigo - desenvolvimentismo”. E que, do ponto de vista do processo histórico de formação do pensamento teórico e da ação política, se torna fundamental começar o texto abordando, de forma sintética, algumas questões do “antigo”, que antecede a perspectiva teórica que se constitui enquanto objeto deste artigo.

Iniciando, é possível de se dizer que historicamente “pode-se retomar a hipótese que foi no governo de Getúlio Vargas, ao assumir a presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, que o desenvolvimentismo por primeira vez expressou-se de forma mais acabada”, (FONSECA, 2004, p. 17). Em termos dessa constatação, argumenta-se que o termo “nacional desenvolvimentismo” se refere aos governos presidenciais de Vargas, caracterizados por “uma ideologia mais nacionalista e que, mesmo sem dispensar o capital estrangeiro, relegava importante papel ao estado para alavancar investimentos prioritários, demarcando áreas restritas para o capital nacional” (FONSECA, 2016, p. 120)³. Ainda se faz importante ressaltar que, embora se tenha muita distinção, e até mesmo

³ “[...] esta experiência regional consegue articular, mesmo que de forma embrionária, as quatro correntes formadoras do desenvolvimentismo, não só no discurso, mas também ensaiando uma implementação de suas teses mais caras. Este fato poderia ser mais uma curiosidade histórica e seu registro apenas um diletantismo acadêmico, não fosse seu principal agente o personagem central da política brasileira de aí em diante, bem como se tratar do projeto norteador das

confusão, no que se trata da definição do desenvolvimentismo, o que o caracteriza enquanto tal, em termos teóricos, é a existência de um núcleo duro que associa o desenvolvimentismo à ideia de industrialização, intervencionismo pró-crescimento, e nacionalismo (FONSECA, 2004; 2013; 2016). Dessa forma,

Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2015, p. 40).

Conforme dito, não havendo uma definição única sobre o termo, Bielchowsky afirma que, em termos da história econômica do Brasil o surgimento do desenvolvimentismo decorre “como resultado da crise econômica internacional, suas repercussões internas e a centralização política nacional posterior a revolução de 1930” (1988, p. 92). Na análise feita pelo referido autor, que compreende o período de 1930 à 1964, atribui-se à este contexto um importante momento de transformação do país a partir da implantação de um sistema industrial brasileiro, estando às discussões sobre o desenvolvimentismo, naquele momento, associadas em especial à questão da industrialização. As correntes teóricas que vão se colocar neste debate, assim como muitos de seus representantes que ocuparam posições nos diversos governos do referido período, são classificados em grupos denominados de neoliberais, desenvolvimentistas do setor público (nacionalista e não nacionalista) e do setor privado, e socialistas (se referindo à pensadores associados ao então Partido Comunista Brasileiro (PCB). Bresser-Pereira (2006; 2012a; 2012b; 2016), que é considerado um dos principais teóricos do “novo - desenvolvimentismo”, utiliza diversos termos para caracterizar este mesmo contexto, como por exemplo “nacional desenvolvimentismo”, “antigo desenvolvimentismo”, e “desenvolvimentismo clássico”, além de expandir o período de análise para o período entre as décadas de 1930 e 1980. Para o autor, o desenvolvimentismo é definido enquanto um “conjunto de ideias políticas e de estratégias econômicas que orientavam a industrialização acelerada no Brasil e a coalização de classes identificadas com o desenvolvimento nacional” (BRESSER-PEREIRA, 2012b, p. 1).

Por fim, de acordo com Sampaio Júnior (2012), o desenvolvimentismo naquele contexto era inspirado nas teses propostas pela Cepal e expressava a ideia do desenvolvimento econômico como o meio necessário para promover a “dupla articulação” entre a industrialização e a efetivação da formação econômica nacional, assim como enfrentar o “duplo entrave” representado pela dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais.

grandes transformações econômicas, políticas e sociais do país pelo menos pelas cinco décadas seguintes”. (FONSECA, 2004, p. 20). Ver também (FONSECA; CUNHA; BICHARA, 2013, p. 411).

Em síntese, do ponto de vista teórico, o pensamento desenvolvimentista associava-se à defesa da formulação, por parte do Estado, de medidas de política econômica que continham o objetivo de industrializar a economia brasileira. Processo este que era entendido enquanto necessário para superar o atraso econômico do país e transforma-lo ao patamar dos países capitalistas modernos. A dinâmica política e social que permite a execução da política econômica desenvolvimentista, assim como naquilo que se refere à seu grau de profundidade e intensidade, também assumem importância para o entendimento da temática. Para que fosse possível colocar em prática essas iniciativas, seriam necessárias a existência de um arranjo sócio político que lhe desse sustentação, através de um relativo consenso acerca da atuação estatal, da conformação de uma aliança, um pacto, da constituição de uma frente política desenvolvimentista composta pela burguesia industrial, também denominada burguesia nacional, trabalhadores urbanos, centrais sindicais, e movimentos do campo, sob a liderança de um agente político⁴. Através destes entendimentos pode-se afirmar que o desenvolvimentismo “ia além de um simples ideário, mas emergiu como um guia de ação voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes [...] sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo” (FONSECA, 2004, p. 2). Ou seja,

No Brasil, a industrialização e o desenvolvimento econômico liderado pelo Estado foram a busca de todos os governos entre os anos 1930 e os anos 1970. Getúlio Vargas foi uma figura central na construção do pacto e do Estado desenvolvimentista. Depois dele, o presidente Juscelino Kubitschek continuou no mesmo caminho, embora fazendo uma abertura maior para os investimentos diretos das empresas multinacionais. Durante o regime militar (1964-1984), o pacto desenvolvimentista foi retomado, mas com a exclusão da classe trabalhadora (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 815).

2.1 O surgimento do termo “novo – desenvolvimentismo”.

No final da década de 1970, o processo de abertura política conduzido pelo já enfraquecido regime militar, repercutiu na possibilidade de retorno ao Brasil de lideranças políticas e intelectuais que estavam no exílio, e que diante daquele novo contexto político e social, poderiam então retomar a atuação teórica e política no país, muito embora, ainda com diversas restrições.

É no ano de 1978 em que pela primeira se observa a utilização do termo “novo – desenvolvimentismo”. Já sendo apresentada enquanto perspectiva teórica e de representação política, isso ocorre no texto intitulado “*Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)*”, de autoria de Ruy Mauro Marini, inserido nos debates sobre a teoria da dependência e sendo uma crítica direta à “*Las desventuras de la Teoria de la Dependência*”, de autoria de Fernando Henrique Cardoso e José Serra. Os três autores envolvidos escreveram os

⁴ (FONSECA; CUNHA; BICHARA, 2013, p. 424) e (FONSECA, 2016, p. 121).

referidos trabalhos enquanto lecionavam no exterior, sendo o primeiro professor na *Universidad Nacional Autónoma de México*, e os outros dois na *University of Princeton* (EUA).

Naquilo que se trata de seus partícipes, os textos abertamente possuíam o objetivo de promover uma discussão de forma a influenciar, teórica e politicamente, diversos movimentos sociais e políticos que naquele momento se encontravam em um período de crescimento e reinserção na dinâmica sócio-política brasileira. Por estarem diante da perspectiva de retorno ao Brasil, passaram então, com as ideias contidas nestes textos, a acentuar as suas participações em espaços acadêmicos e políticos daquele período, da mesma forma que manifestar as diferenças de pensamento que permeavam os referidos autores. E dessa forma é possível de se compreender que o elemento que confere importância e interesse naquilo que foi escrito por Serra e Cardoso é justamente “*su carácter de texto inserto en un proceso de lucha ideológica, que el ascenso de las luchas de clase en Brasil, así como en Latinoamérica, tiende a hacer más candente*” (MARINI, 2008, p. 223)⁵.

Em seu texto, Marini direciona-se ao que chama de “crise do pensamento desenvolvimentista”⁶, alegando estar diante de algo diferente daquilo que esperava que viesse a ser a posição assumida por “essa geração” (a qual incluía os autores de “*las desventuras*”). Atribui o seu espanto à falta de consideração desses autores para as evidências históricas manifestadas nos acontecimentos que decorreram a partir de abril de 1964. A suposta “crítica” que é formulada pelos pensadores “dessa geração”, outrora associados ao nacional-desenvolvimentismo e até mesmo ao socialismo, assumem aspectos incisivamente acadêmicos e que se auto omitiam em expressões mais críticas ao que denomina capitalismo dependente. Argumenta ainda que o texto que lhe incitou à resposta direciona-se à tentar apagar as diferenças existentes entre o capitalismo dos países avançados e o capitalismo dependente (que é característico de países como o Brasil), sendo presente no escrito de Cardoso e Serra a defesa da existência de uma única via de desenvolvimento capitalista que se refere aos dois casos. Complementa afirmando que o suporte teórico de sustentação dessa formulação “crítica” se fundamenta no resgate da tese desenvolvimentista, em especial no que se trata da caracterização da burguesia industrial (também referida por burguesia nacional), entendida enquanto uma fração de classe “diferenciada” devido as supostas contradições à que incorre em relação aos grupos econômicos multinacionais e aos interesses estrangeiros, tanto no âmbito de mercado, quanto no que se trata do aparato estatal.

⁵ “[...] *la necesidad de definir los campos de los aliados y de interferir para ampliar las brechas puestas como posibles por las contradicciones que minan la cohesión de las clases dominantes*” (SERRA; CARDOSO *apud* MARINI, 2008, p. 231).

⁶ Sampaio Júnior (1997, p. 36 - 44; 2012, p. 677), lista outros trabalhos que já manifestavam o revisionismo na crítica ao desenvolvimentismo antes do referido texto de Marini. Embora seja importante ressaltar aqui que é através deste último que se verifica a utilização, pela primeira vez, do termo “novo - desenvolvimentismo”, buscando estabelecer uma relação entre uma determinada perspectiva teórica e sua representatividade política.

Dessa forma, Marini considera a proposição desses autores enquanto uma falsa tentativa de resgate de um antigo entendimento, e equivocada à medida que politicamente propõe uma aliança entre a classe trabalhadora e uma suposta “oposição burguesa” em torno de um projeto de “desenvolvimento”, assim como havia ocorrido no passado (se referindo às teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no período 1954-1964⁷, e do nacional desenvolvimentismo). Portanto, aponta que a tese de Cardoso e Serra é falha, e que resulta em uma proposta política de bases arenosas devido às poucas chances de efetivação dos objetivos a que tal aliança política se propõem. A ideia de promover o desenvolvimento de um país capitalista dependente sob a liderança de uma frente política constituída por uma aliança entre os trabalhadores e uma suposta “burguesia nacional”, se constitui de “ilusiones que, como senalamos, la vida misma destruyó [...] que nos encontramos ante um neodesarrollismo todavia vergonzante, pero que no tardará em ir perdiendo sus inhibiciones” (MARINI, 2008, p. 228).

3. A ascensão: teoria e política

As décadas de 1980 e 1990 são caracterizadas na historiografia econômica brasileira pela acentuada instabilidade e a conjuntura internacional com seus impactos sobre a dinâmica econômica do país (observados através da recessão, da hiperinflação e da crise da dívida). As análises sobre a economia brasileira que a partir de então se tornaram dominantes, apontavam às responsabilidades da crise ao “legado desenvolvimentista”, à execução de planos de desenvolvimento e industrialização “liderados pelo Estado” nos 50 anos anteriores, em referência ao período entre 1930 e 1980. Dessa forma, constituem também um contexto em que supostamente as classes dirigentes latino-americanas “houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam, não tinha raízes externas [...] e se devia a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas [...]” (BATISTA, 1994, p. 7). É sob estes acontecimentos que se consolidou, como orientação teórica para ajuste de política econômica, o conjunto de ideias constituintes do que se denomina Consenso de Washington⁸. Em outras palavras,

Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington" (BATISTA, 1994, p. 5).

⁷ Sobre as Teses do PCB e sua associação com o nacional desenvolvimentismo ver: (BIELCHOWSKY, 1988, p. 213 – 246).

⁸ “[...] as elites locais deixam de pensar com a própria cabeça, aceitam os conselhos e as pressões vindas do norte” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9).

Se tratando da relação entre a dimensão política e a perspectiva teórica, este processo consequentemente contribuiu para o “ostracismo intelectual e político” à que foi lançada a perspectiva desenvolvimentista, junto da consolidação das transformações de pensamento, conforme já mencionado, de parte de intelectuais e políticos associados à um passado desenvolvimentista e socialista, que então passaram a assumir a defesa e a execução das medidas elencadas no “consenso”. De acordo com Nakatani e Oliveira (2010)⁹, as ações de política econômica que representam o conjunto teórico neoliberal são observadas desde os governos de José Sarney (1985 – 1990), perpassando os mandatos de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), Itamar Franco (1992 – 1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002).

3.1 Política

Entre o final da década de 1990 e início da década de 2000, à medida que em diversos países da América Latina ocorreram vitórias eleitorais de frentes políticas identificadas com a crítica às políticas econômicas neoliberais executadas, “surgiam também novas ideias a respeito do desenvolvimento e desenvolvimentismo” (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 819).

No Brasil, o retorno consistente das discussões acadêmicas e políticas em torno do desenvolvimentismo, se situa nos primeiros anos do século XXI diante da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais 2002, se estendendo durante seus dois mandatos (2003 - 2010) e de Dilma Rousseff (2011 – 2016). Desde então, pensadores vinculados à diversas áreas das ciências humanas e sociais, assim como partidos políticos, começaram a se dedicar ao arcabouço teórico de “contraposição” àquelas perspectivas que substanciavam as ações do governo de Fernando Henrique Cardoso (do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)). Isso resulta no desenvolvimento do conjunto de ideias a que se atribuiu o termo “novo – desenvolvimentismo”.

Conforme mencionado na introdução deste texto, é importante de se pensar o “novo - desenvolvimentismo” sob a perspectiva de que “uma corrente de ideias não existe em abstrato e só faz sentido e justifica sua existência se for capaz de afirmar-se na prática antepondo-se a outra, como lembra a dualidade tese/antítese de Hegel” (Fonseca, 2004, p. 18). Além disso, há diversas formas de interpretação sobre o tema, abrangendo medidas de política macroeconômica, a relação entre as classes sociais e o poder político, e se de fato é coerente falar em um retorno do desenvolvimentismo, mesmo sob determinadas especificidades, nos referidos governos.

⁹ (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 23). Ver também: (BATISTA, 1994); e: (SAMPAIO JÚNIOR, 1997, p. 29).

Cabe também destacar que a hipótese de assunção dessas propostas por parte dos governos Lula e Dilma, e de suas caracterizações enquanto “novo-desenvolvimentistas”, é objeto de discussão entre os muitos autores que se dedicam ao tema.

Iniciando por Moraes e Saad-filho (2011), estes argumentam que sob um referencial marxista e keynesiano, houve diversa produção de escritos e proposições sobre o tema abrangendo basicamente dois objetivos. O primeiro era demarcar no âmbito teórico “quando os críticos se aplicavam em demonstrar a continuidade das políticas do governo anterior no governo Lula, explorando as contradições e limites dessa opção, e vaticinando seu “fracasso” (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 509). O segundo objetivo estaria associado à

[...] formulação de propostas concretas de uma nova política macroeconômica e de políticas assessórias (de crédito, industrial, etc.), formando um todo coerente e capaz de substituir as políticas neoliberais. As análises com esse objetivo acabaram fundando uma nova proposta de política econômica, denominada pelos seus autores como “novo-desenvolvimentismo” (ou “neodesenvolvimentismo”). Essa proposta deveria funcionar como instrumento de intervenção no debate dentro e fora do governo Lula (MORAIS; SAAD FILHO, 2011, p. 510).

Usualmente, o ponto de concordância nessa discussão ocorre na atribuição à continuidade da política econômica neoliberal no primeiro mandato do governo Lula, sendo então plausível discutir a questão do novo-desenvolvimentismo apenas a partir do 2º mandato, entre os anos de 2007 e 2010. Moraes e Saad-Filho (2011), alegam ainda que é a partir deste período que o governo Lula passa a adotar “medidas híbridas” de política econômica, mesclando as políticas identificadas com o ideário “novo-desenvolvimentista” com as políticas neoliberais. Fonseca, Bichara, Cunha (2013), afirmam que existem muitos elementos dos governos Lula e Dilma à que são atribuídos os princípios do “novo – desenvolvimentismo”, mas que não coincidem com aquilo que entendem caracterizar o desenvolvimentismo enquanto tal. Embora, ressaltem os referidos autores, que se deva considerar a possibilidade do conceito se adequar ao seu tempo, mesmo que isso resulte, em diversas de suas proposições, no distanciamento do “núcleo duro” do que se denomina desenvolvimentismo. Por fim, Bresser-Pereira e Boito Júnior¹⁰ também comungam da ideia de que é a partir de 2006 que se pode observar a assunção dos elementos do novo-desenvolvimentismo por parte do governo Lula. Em entrevista, Bresser-Pereira afirmou que “No Brasil, no segundo termo do governo Lula, tivemos um ensaio de novo desenvolvimentismo; o governo Dilma Rousseff é claramente novo desenvolvimentista” (IEA, 2012).

¹⁰ Dividindo os dois mandatos, Boito Júnior adota o discurso de que no primeiro momento, o novo governo teria assumido uma postura de cautela para não hostilizar o capital financeiro internacional, ou seja, optou por uma plena manutenção da matriz neoliberal da política econômica, e no segundo mandato, promoveria uma "tática ofensiva na implantação da política neodesenvolvimentista" (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 90).

3.2 A perspectiva teórica.

No aspecto teórico, neste texto, destacam-se neste duas abordagens sobre o tema, e que são representadas respectivamente por um economista e um cientista político.

A principal referência na discussão sobre o "novo – desenvolvimentismo" no Brasil é o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira¹¹. Ex-Ministro da Fazenda (1987) durante o mandato presidencial de José Sarney, e da Administração e Reforma do Estado (1995 - 1999) durante o primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, é Professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (onde também está sediado o Centro de Estudos do Novo - desenvolvimentismo), e amplamente reconhecido no âmbito acadêmico e político no que se refere às discussões econômicas e políticas do país. É autor de um dos mais importantes livros sobre economia brasileira e desenvolvimentismo, intitulado “Desenvolvimento e crise no Brasil”, e faz auto referência como aquele quem iniciou a discussão acerca do “novo - desenvolvimentismo”. Argumenta que percebeu a necessidade de se pensar sobre o tema desde quando ocupou a função de Ministro da Fazenda¹².

Nestes termos, e de forma mais concreta, diz o autor que “no início da década seguinte, diante do fracasso esperado do neoliberalismo, coube a mim retomar o tema e propor o novo-desenvolvimentismo, opondo-o à ortodoxia neoliberal” (BRESSER-PEREIRA, 2012a, p. 1)¹³. Desde então se dedica à pesquisas e proposições relacionadas à política e a teoria da política econômica do “novo - desenvolvimentismo”, escrevendo textos, livros, organizando seminários, participando intensamente de debates políticos e acadêmicos sobre o tema.

A iniciativa de materialização teórica à fim de promover o “novo - desenvolvimentismo”, é observada nos textos “Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade” (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002), e, “Retomada da revolução nacional e novo desenvolvimentismo” (BRESSER-PEREIRA, 2003). Ambos possuíam o objetivo de propor um conjunto de políticas econômicas a serem adotadas pelo novo governo, conforme destacado no texto de 2002, em que “esboça diretrizes de política econômica e particularmente da política macroeconômica para o período a se iniciar em 2003, dando continuidade ao programa do governo federal de modernização e desenvolvimento econômico e social do país” (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002, p. 1). Em outras palavras,

¹¹ De forma a mencionar outros autores que de alguma maneira trataram sobre o tema, pode-se citar um grupo de autores vinculado a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), como por exemplo Aloísio Mercadante, Fernando Nogueira da Costa e Ricardo Carneiro (estes dois últimos vinculados à Rede desenvolvimentista), e que se referenciam na discussão sobre através do que denominam social-desenvolvimentismo. Também cita-se João Sicsú (UFRJ), Luiz Fernando de Paula (UERJ), e Renault Michel (UFF), muito embora não chegassem a constituir, ou se associar, a uma corrente dentro da perspectiva novo-desenvolvimentista. Mais sobre os autores, ver: Carneiro (2012); Costa (2012); Oliva (2010); e Paula, Sicsú, Renault (2007).

¹² (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 5).

¹³ Bresser-Pereira era Filiado ao PSDB naquele momento, deixando o partido em 2010.

“A alternativa de estratégia econômica, que está implícita ou explicitamente presente nesses trabalhos e nos demais que produzimos em seguida, além de não incorrer nas distorções que o desenvolvimentismo sofrera na mão de seus epígonos, inovava porque reconhecia uma série de fatos históricos novos, os quais demandavam a revisão da estratégia nacional de desenvolvimento. Que nome dar a esta alternativa? No início de 2003, Nakano sugeriu a expressão novo desenvolvimentismo, que foi aceita imediatamente. Nesse momento, terminava de ser escrita a quinta edição do livro, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, e este, além de incluir as novas ideias no último capítulo, “retomada da revolução nacional e novo desenvolvimentismo”, foi usada, pela primeira vez, essa expressão em um trabalho escrito” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 10).

Bresser-Pereira também busca situar o “novo – desenvolvimentismo” a partir de sua dimensão política. No caso do contexto em que o tema se insere, o autor se fundamenta na ideia de que o mandato presidencial a ser iniciado pelo Partido dos Trabalhadores, e a formação da frente política e social que envolveu os partidos que formaram a base de sustentação do governo no Congresso Nacional, parte dos trabalhadores e da classe média, e em especial o denominado “empresariado nacional”, reunia as condições políticas e sociais para a execução das propostas, principalmente de viés econômico, que são representativas do “novo - desenvolvimentismo”¹⁴. Argumenta ainda que “para que este novo pacto político que está surgindo seja realmente popular e nacional, a adoção de um novo desenvolvimentismo e de um nacionalismo moderno ou do patriotismo será essencial” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 1). E dessa forma entende o autor, o “novo - desenvolvimentismo” deve ser analisado para além de um conjunto de propostas de política econômica, pois a sua implementação requer que seja “fruto de uma coalizão de classes ou um pacto político desenvolvimentista [...] implica que o governo conte com o apoio do povo e de parte das elites - um amplo apoio ligando as classes sociais.” (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 823).

Em muitos dos textos que escreveu sobre o tema, o referido autor também busca caracterizar o “novo - desenvolvimentismo” enquanto uma crítica tanto ao “antigo desenvolvimentismo”, quanto à “ortodoxia neoliberal”. Os apontamentos teóricos, que são apresentados pelo autor enquanto uma suposta alternativa à política econômica neoliberal da década de 1990, estão inseridos em dois conjuntos de propostas que se referem à política econômica, e que constituem a denominada “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”¹⁵, e a síntese geral dessas propostas, apresentadas no documento “Dez teses sobre o Novo Desenvolvimentismo”.

¹⁴ Sobre a questão política e o novo-desenvolvimentismo: “É a maneira pela qual países como o Brasil podem competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los [...] É a forma por meio da qual empresários, técnicos do governo, trabalhadores e intelectuais podem se constituir em nação real para promover o desenvolvimento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12).

¹⁵ “[...] que é definida como um conjunto de modelos, e o novo-desenvolvimentismo, por um conjunto de propostas de política, que só se consolidaram, do ponto de vista teórico, recentemente” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 71).

No que se trata da ciência política, destaca-se Armando Boito Júnior, professor da UNICAMP, palestrante ativo em espaços acadêmicos e políticos, autor de diversos textos acadêmicos e livros. Nas primeiras décadas do século XXI, dedicou-se à temática associada ao “poder político e as classes sociais no Brasil dos anos 2000”, formalizados em dois projetos de pesquisa intitulados por "Burguesia interna e bloco no poder no Brasil" (2010-) e "Política e classes sociais no capitalismo neoliberal" (2010 - 2014).

Embora assumam uma perspectiva teórica distinta, se utilizando do referencial teórico e de categorias elaboradas por Nicos Poulantzas¹⁶ (como “Bloco no Poder” e “frações burguesas”), o autor se aproxima do entendimento de Bresser-Pereira ao também expressar a ideia de que a vitória de Lula e do PT nas eleições presidenciais de 2002, foi resultado do apoio recebido através da conformação de uma nova frente política. Essa frente política seria constituída pelo próprio partido do presidente e outros que conformaram a base aliada no parlamento, movimentos sociais e sindicais, parte da classe média urbana, trabalhadores do campo e, em especial, por um conjunto de empresas e entidades de representação empresarial (como a Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP) que representam a “grande burguesia interna”, também denominada por “nova burguesia nacional”.

Dentro da estrutura de Estado, pode-se visualizar uma dominação de classe e a hegemonia que exerce uma fração dessa classe. À vista disso, o bloco no poder é definido como uma unidade contraditória entre as frações da burguesia, cada uma buscando uma maior articulação ou redução de suas diferenças políticas. É dessa forma que se estruturam os “interesses gerais da burguesia priorizando, ao mesmo tempo, os interesses específicos de uma determinada fração burguesa frente aos interesses das demais frações” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 240). O autor explica que essa unidade é contraditória, pois as frações da burguesia, ou os capitalistas,

[...] estão distribuídos, de acordo com a posição particular que ocupam no processo de produção num momento e num país determinados, em setores economicamente diferenciados que poderão se constituir em frações de classe perseguindo interesses específicos (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 240).

Dessa forma, discordando de outros teóricos, em especial aqueles associados à discussão sobre a globalização financeira, e de maneira à embasar a sua perspectiva, o autor defende que a denominada “nova onda de internacionalização da economia” não teria resultado na eliminação das burguesias internas (ou nacionais), e que portanto, ainda existe uma fração da burguesia que assume uma “posição intermediária, entre a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses

¹⁶ Conforme pode ser visto de forma mais evidente em: (BOITO JÚNIOR, 2012b).

países” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 67)¹⁷. Para a realidade brasileira, expressa este entendimento definindo que “contrariando essa expectativa, assistimos, no Brasil da década de 2000, à ascensão política de uma nova burguesia nacional no interior do bloco no poder vigente no Estado brasileiro” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 67).

O autor especifica três (3) elementos que seriam potenciais na compreensão da divisão da burguesia em frações: 1) as fases do ciclo de reprodução do capital (divisão entre capital dinheiro, produtivo, comercial); 2) o tamanho (grande, médio, capital monopolista); 3) as relações da empresa com a economia internacional e a origem do capital. Por conseguinte, em termos históricos, procura fazer uma distinção entre os mandatos de FHC e Lula/Dilma, enfatizando o favorecimento da política econômica à uma ou outra fração do capital, dentro da estrutura do bloco no poder, de acordo com cada governo, e a atuação da “nova burguesia nacional” nestes contextos.

Boito Júnior alega que durante os anos 1990, as políticas neoliberais executadas durante os mandatos de FHC podem então caracterizá-los enquanto “governos que priorizaram o interesse da grande burguesia compradora e do capital financeiro” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 78)¹⁸. Algumas das políticas que favoreceram essas frações seriam as de abertura comercial, com a redução de alíquotas de importação, provocando “insatisfação e protesto em setores da burguesia brasileira, como era o caso da grande burguesia industrial acossada pela suspensão do protecionismo ao mercado interno” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 80). Aponta ainda que a política social e de trabalho neoliberal é de consenso entre as frações da burguesia, e que as privatizações foram favoráveis a diversos grupos da Grande Burguesia (interna ou internacional), sendo na política de abertura comercial e de desregulamentação financeira, que se encontraria o centro dos conflitos, por que neste processo “o setor industrial, setor importante do grande capital, teve seus interesses negligenciados ou preteridos em proveito do grande capital financeiro nacional e internacional” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 242).

O autor destaca em muitos de seus textos o papel central da FIESP e da sua associação com algumas organizações dos trabalhadores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em oposição a política econômica do governo FHC (1994-2002). Papel este que ganhará destaque após a eleição de Paulo Skaf, em 2004, para presidir a referida entidade. Este momento, seria classificado enquanto um “indicador da consolidação do novo arranjo no interior do bloco no poder em que a

¹⁷ “O que é que distingue, então, essas duas frações da grande burguesia? Entendemos que é a posição de cada uma delas diante do imperialismo” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 75).

¹⁸ O Capital financeiro internacional, na visão do autor, comportaria os “conglomerados que unificam indústrias, bancos, serviços, sob o comando das finanças” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 75), representados também pelos grandes bancos comerciais nacionais ou estrangeiros como o Bradesco, o Itaú, o Unibanco, o Santander, o HSBC, o Bank Boston. Outros membros dessa fração seriam os bancos estrangeiros e comerciais sem redes de agências no Brasil, embora possuam investimentos e participação em fundos de pensão nacionais e internacionais. A Grande burguesia compradora seria composta pelos grupos financeiros nacionais, empresas nacionais associadas à estrangeiras, empresas de importação e o próprio capital estrangeiro. Afirma ainda o autor que, “No Brasil, grandes bancos e grandes grupos industriais mantêm-se relativamente separados [...]” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 243).

grande burguesia industrial interna afirmava-se como base de classe do governo Lula” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 88).

A intitulada “frente neodesenvolvimentista”, é a frente política que permite a execução da referida política econômica “neodesenvolvimentista”¹⁹, antagônica àquela executada durante os mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso. Enfrentaria o chamado “campo político conservador”, de orientação neoliberal ortodoxo, representado pelo PSDB. É a frente política que resulta na oportunidade da “nova burguesia nacional” ascender politicamente no bloco no poder. Diz o autor que durante os governos Lula e Dilma, teriam ocorrido mudanças em relação tanto as disputas no anterior do bloco no poder quanto em termos da política partidária nacional, em que o “grande capital financeiro internacional e seus aliados internos [...] foram deslocados da situação de hegemonia incontestada que usufruía nos anos 1990 e foram para a posição de oposição ao governo” (BERRINGER; Boito Júnior, 2013, p. 31). Em síntese, que a grande burguesia interna brasileira, representativa da “nova burguesia nacional”,

[...] fração da classe capitalista que mantém uma base própria de acumulação de capital e disputa posições com o capital financeiro internacional, ascendem politicamente em prejuízo dos interesses desse capital internacional e de seus aliados internos [...] Isso porque a ascensão da grande burguesia interna só foi possível graças a constituição de uma frente política que revive, além dessa fração burguesa, os principais setores das classes populares (BERRINGER; BOITO JÚNIOR, 2013, p. 31).

No âmbito político, a “nova burguesia nacional”, pode ser definida enquanto a força social que politicamente assume a posição de liderança na frente de sustentação política dos governos Lula e Dilma, a “frente neodesenvolvimentista”. E essa frente política pode ser caracterizada em cinco (5) pontos: 1) é dirigida pela grande burguesia interna brasileira, a “nova burguesia nacional”; 2) envolve “classes trabalhadoras” que se encontram excluídas do bloco no poder; 3) mantinha uma relação de caráter populista com as classes marginalizadas do bloco 4) é o principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder; 5) enfrenta no processo político nacional aquilo que se denomina por “campo neoliberal ortodoxo”, que representa o capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital (os grandes proprietários de terra e a alta classe média também se incluem).

Em analogia ao “antigo desenvolvimentismo”, Boito Júnior indica que a relação entre os mandatos presidenciais de Lula e Dilma com a “nova burguesia nacional” seria caracterizada por uma situação semelhante àquela que “os comunistas da década de 1950 imaginaram como solução

¹⁹ Nas palavras do autor, o “neodesenvolvimentismo”, é definido como “o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal” (BERRINGER; BOITO JÚNIOR, 2013, p. 32), e a “frente neodesenvolvimentista” “[...] foi a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff” (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 3).

para os problemas políticos e sociais do Brasil: uma frente ou aliança que unisse parte da burguesia brasileira ao movimento operário organizado” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 73 - 74).

A representação dessa fração de classe se daria a partir de empresas reunidas nos segmentos que o autor identifica como “os grandes industriais” e o “agronegócio”, assim como entidades de representação empresarial, como a FIESP²⁰. Em dois de seus artigos, “A burguesia no Governo Lula” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 252 - 253) e “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 82 - 83), o autor lista nominalmente essas empresas, adotando dois critérios diferentes. No primeiro texto o autor se refere às 20 empresas que apresentaram o maior lucro no primeiro trimestre de 2005 no Brasil, associando este resultado à execução da política econômica durante o governo Lula até então, assim como aponta para uma suposta transição entre a hegemonia neoliberal e o “neodesenvolvimentismo”. No segundo artigo, considerando o ano de 2008, o autor apresenta as 20 empresas com maior receita líquida no referido ano, e que possuíam atuação no exterior e participação no capital por parte do BNDES (ou do BNDESPAR) e dos Fundos de Pensão de empresas estatais, o que consta no capital acionário de 17 das empresas listadas.

O argumento apresentado se fundamenta principalmente no entendimento da forma com que o governo e o Estado atuaram, através do BNDES e do Ministério da Fazenda, junto às empresas que representam essa fração de classe. A forma de relação entre a política econômica e os interesses representativos da “nova burguesia nacional” podem ser observados na participação estatal no capital acionário, na execução de uma política econômica denominada de “caça aos dólares, e no fomento à expansão econômica, no âmbito nacional e internacional, dessas empresas²¹. É devido à este entendimento da política econômica e da frente política, que o autor então define o novo-desenvolvimentismo como “o projeto econômico, que expressa essa relação de representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p 68).

4. A queda.

Se o “novo - desenvolvimentismo” é entendido enquanto um conjunto teórico que se apresenta também no âmbito político, é importante notar que a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff (2015 – 2016), considerando todo o processo que lhe destituiu, se constatam evidências de que há problemas de fundamento teórico e político nas estruturas argumentativas que sustentam a referida perspectiva. Tendo em vista as consequências resultantes da interrupção de um mandato

²⁰ “No modelo neodesenvolvimentista, as grandes empresas nacionais classificadas entre as empresas mais fortes dos seus respectivos segmentos em escala mundial, são – feita a exceção de praxe representada pela Embraer – a Fibroi, a Brazil Foods, a Vale, a Gerdau, a Votorantim Celulose e outros que processam produtos de baixo valor agregado” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 70)

²¹ Ver: (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 76).

presidencial em todos os âmbitos da sociedade, o pouco tempo que se sucedeu ao fato, e a tradição histórica das discussões relacionadas à problemática da formação e do desenvolvimento nacional, é que se considera a importância e a relevância da questão. Da mesma forma se coloca como significativo o prosseguimento das discussões que já existem sobre o tema, na busca por um maior entendimento sobre as causas que resultaram na ocorrência do referido fato histórico.

Sob essa ótica, é importante de se utilizar da “arma última dos historiadores, a visão retrospectiva, para encontrar uma explicação convincente” (HOBSBAWM, 2009 p. 394), bem como assumir o entendimento de que a história “culmina na explicação do presente, e que existe, entre teoria e prática, conhecimento e transformação da realidade” (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 5-6). Nessas circunstâncias, a historiografia deve ser entendida enquanto um “recurso para explicar casualmente, mas com base empírica sólida, a natureza e os limites do desenvolvimento que o colonialismo e o imperialismo forjaram para as “nações emergentes” (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 6), e que para a temática que aqui está sendo discutida, pode ser entendida da seguinte forma:

[...] o desenvolvimento e o crescimento econômico constituem tema essencialmente histórico, e ao contrário do tratamento que lhe vem sendo dado pelos economistas [...] não pode ser incluído em modelos analíticos de alto nível de abstração, e deve ser tratado na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada país ou povo a ser considerado [...] sobretudo quando se trata do subdesenvolvimento (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 15 - 16).

Caio Prado Júnior é reconhecido como um dos principais autores na discussão acerca da formação nacional. Com uma extensa e referenciada trajetória de pesquisa durante o período que perpassa as décadas de 1930 e 1980, abordou temas que constituem o debate sobre o desenvolvimento e os sentidos da colonização brasileira²². Com base no referido autor e outros auxiliares como Florestan Fernandes e Jorge Miglioli, tratar-se-á aqui de apresentar uma breve interpretação do período associado ao “passado desenvolvimentista”, buscando encontrar os elementos que influenciam e permitem alcançar uma melhor compreensão do contexto atual. Tendo como ponto de partida o golpe militar de 1964 e as transformações na dinâmica de acumulação capitalista em escala global, é que se apresentam as questões centrais que permitem elucidar as razões que culminaram na interrupção do processo histórico e político, que se colocava em vias de construção das condições econômicas, políticas, e sociais, de superação da herança colonial.

Os acontecimentos que se sucedem a partir de Abril de 1964 manifestam, historicamente, a limitação política e social de haver uma coalização entre partidos políticos localizados à esquerda no espectro político, movimentos sociais, organizações sindicais de trabalhadores, e uma fração da burguesia (então classifica como “burguesia nacional/industrial”), quando se considera um sistema

²² “A despeito disto, consolidou vasta obra com quatorze livros, muitos dos quais influenciaram decisivamente toda uma geração de economistas, e, principalmente, os que hoje trabalham na assim denominada área de “História Econômica” (FONSECA, 1990, p. 151).

político democrático e um governo que se coloque à executar um projeto desenvolvimentista, considerando o desenvolvimentismo enquanto a “condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e o bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar” (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 15).

A pressuposição de viabilidade da conciliação de interesses representadas pela frente política associada ao projeto desenvolvimentista no contexto histórico que antecedeu o golpe de 1964, foi “possível” até o limite de determinadas “condições”, então consideradas “aceitáveis” pelos segmentos sociais e estruturas de representação do poder econômico e político do país. À medida que se deparam com o que consideram “ameaças” aos seus privilégios históricos, representativos de sua posição social, coesamente associada enquanto classe, reagem de forma a não abrir mão desses privilégios, dessa posição social, executando as mais diversas práticas de cerceamento do direito à participação e organização popular no sistema político e na sociedade. Isto posto, conforme ressalta Miglioli (1998, p. 36), “a burguesia como um todo ou suas frações principais não tem escrúpulos em recorrer à ditadura a fim de impor sua vontade e assegurar seus interesses”. Essa reação se torna evidente observado o apoio da burguesia, sem distinção de setores, à tomada de poder pelas forças armadas, atuando como um dos pilares da ditadura militar-empresarial que governou o país por mais de 25 anos.

O entendimento que se extrai do referido acontecimento histórico deve levar em consideração a maneira como impacta na trajetória histórica brasileira, sendo assim caracterizado como um importante entrave à efetivação do processo de formação nacional, de suas estruturas democráticas, de seu desenvolvimento. Sob essa perspectiva, pode-se considera-lo enquanto,

[...] um pobre testamento político dessas classes, que não souberam compreender as suas responsabilidades cívicas no momento mais crítico da evolução republicana: aquele em que elas se viram desafiadas a dividir a representação e o exercício do poder com as outras classes sociais [...] provando e comprovando que nenhum problema nacional poderá ser resolvido através de sua anuência e colaboração (FERNANDES, 1968, p. 181-182).

Após vivenciar os acontecimentos de 1964, Caio Prado Júnior chamou à atenção sobre a impossibilidade histórico-política de se propor uma análise que se referencie na diferenciação da burguesia em setores, alertando para a dificuldade em se apontar a existência de uma fração que supostamente, devido a contradições intraclasse, possa vir à assumir uma aliança política com base em um programa político e econômico desenvolvimentista, considerando a já referida classificação do termo para o autor.

Além do atestado histórico acerca das limitações da participação política da burguesia em uma frente junto a trabalhadores, movimentos sociais e sindicais, outro elemento importante para a problematização do entendimento do arcabouço teórico do “novo – desenvolvimentismo” se dá em

termos das transformações da dinâmica de acumulação capitalista em escala global. Localizadas historicamente a partir das décadas de 1970 e 1980, essas transformações podem ser representadas pela denominado processo de globalização financeira (também chamada por “financeirização”, ou “mundialização financeira”), as mudanças no paradigma produtivo tecnológico, a reconfiguração regional do espaço produtivo mundial, e o fim da URSS, repercutindo em diversos países do mundo, e também no Brasil.

O patamar de desenvolvimento tecnológico alcançado naquele contexto histórico, proporcionou, através da informática e das telecomunicações, diversas ferramentas para que as transações financeiras pudessem ocorrer em maior velocidade e menor tempo, “encurtando” o espaço geográfico e temporal entre elas. Acrescenta-se que o surgimento de novas instituições financeiras e de formas de atuação e de investimento, assim como a predominância com que os mercados de ações, câmbio, derivativos, swaps, passam a ter na dinâmica econômica internacional, resultam na intensificação da concentração, em termos de nacionalidade e setorial, de grandes grupos econômicos. E embora se tenha o entendimento de que não se trata de algo específico e restrito à este período, sendo outra etapa histórica de expansão e desenvolvimento do sistema capitalista, há de se destacar que a localização temporal dessas transformações lhe proporciona determinadas especificidades, uma característica peculiar. Pode se entender, portanto, que

A globalização atual é manifestação da tendência expansionista do sistema capitalista num momento histórico específico que a diferencia de outros momentos históricos. Assim ela efetivamente apresenta algumas características novas, além daqueles elementos mais visíveis anteriormente mencionados. Para começar, ela se apoia numa revolução tecnológica nos meios de produção, de transporte e de comunicação que possibilita materialmente a amplitude territorial atingida por essa globalização (MIGLIOLI, 1999, p. 159).

No Brasil, a instabilidade econômica durante a década de 1980, repercutiu na elaboração e execução, por parte de diversos governos desde então, de uma série de medidas de privatizações e de abertura comercial e financeira, que foram determinantes nas alterações estruturais na economia e na dinâmica produtiva brasileira. Este processo também impacta de forma contundente na organização da burguesia em escala internacional e na dinâmica local, observando as empresas instaladas no país e a forma que se caracterizam, de acordo com as classificações de propriedade nacional ou estrangeira, pública ou privada, e o setor de atuação das empresas a qual estão vinculadas as suas controladoras²³. Logo, neste contexto,

²³ “Esta é a razão principal da campanha avassaladora em prol da privatização das empresas públicas, que é um dos itens principais do programa do liberalismo atual. Também a abertura ao capital estrangeiro nos países menos desenvolvidos faz parte desse movimento, porque facilita a compra de empresas das burguesias locais – que se tornam, cada vez mais, burguesias rentistas, apêndices da grande burguesia internacional” (MIGLIOLI, 1998, p. 41).

O fato novo foi, e ainda é, a intensificação do processo de unificação econômica da burguesia, em escala nacional e internacional: dentro dos países eliminam-se as diferenças entre as várias frações setoriais (rurais, industriais, comerciais, bancárias) e entre países ocorre um fluxo recíproco de investimentos entrelaçando as burguesias nacionais. Tal processo é possível graças à financeirização do capital e às concomitantes expansão e agilização das bolsas de valores (MIGLIOLI, 1998, p. 39).

Dessa forma, a suposta existência de uma “burguesia nacional”, ou da diferenciação setorial entre as frações da burguesia, é contradita pela história, observando as decorrências políticas e sociais a partir de 1964, e passível de ainda mais questionamentos quando se incorpora na análise, as consequências do mencionado processo de financeirização. E, enquanto processos históricos, demonstram a fragilidade das características que se atribuem à essa fração de classe em relação àquilo que se tenta defini-la: enquanto passível de se incorporar à uma frente política junto à movimentos sociais, trabalhadores, partidos políticos, e que essa frente política, dirigida por uma antiga, ou nova, “burguesia nacional”, sirva de base à um governo que execute uma política desenvolvimentista. Portanto,

A burguesia nacional, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico capitalismo progressista, o apoio das forças políticas populares e de esquerda. O anti-imperialismo tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer de seus setores (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 121).

E é assim que se torna possível apontar a deficiência da análise feita por Bresser-Pereira, quando se refere à união entre trabalhadores e empresariado nacional em torno do “novo – desenvolvimentismo”, e também no que se trata da análise feita por Boito Júnior, que se ampara na distinção entre uma burguesia financeira, denominada capital financeiro internacional, indicada como a fração da burguesia de sustentação política dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, e a grande burguesia interna, ou “nova burguesia nacional”, representada pelos grandes industriais e o agronegócio, partícipe e dirigente da “frente neodesenvolvimentista”, durante os governos Lula e Dilma. Em uma análise mais consistente, percebe-se que no atual contexto do capitalismo, mais ainda do que anteriormente, capitais de variados tipos se entrelaçam, sendo pouco condizente com a realidade se fazer uma clara distinção entre as frações, entre a indústria e as finanças, entre um capital produtivo e um capital financeiro, considerando as empresas elencadas pelo referido autor²⁴.

Os impasses os quais o país e a nação se defrontam em sua história, mesmo que nos tempos mais recentes, devem ser considerados como resultantes dos processos que permeiam o histórico da formação nacional, onde, para o caso brasileiro, destacam-se as reminiscências de elementos que

²⁴ Em (OLIVEIRA, 2016), é feita uma análise da composição acionária das empresas elencadas como representantes da “nova burguesia nacional” de forma a desmistificar essas distinções entre capital industrial e financeiro.

reincidem à sua herança colonial. Por conseguinte, para se realizar uma interpretação da problemática do desenvolvimento nacional nos tempos atuais deve-se colocar relevância na compreensão da trajetória histórica nacional, no que tange à aspectos econômicos, políticos e sociais. Isso, a fim de encontrar relações entre a queda do “novo - desenvolvimentismo” e elementos referentes à processos sócio-político-econômicos pelos quais o país passou em sua trajetória, e que passa atualmente.

Em termos políticos, conforme se verificou durante todo o processo de impeachment da presidente Dilma Roussef, foram justamente setores vinculados, e representativos, da “nova burguesia nacional” que estiveram à frente das mobilizações de rua e no patrocínio financeiro aos partidos da então base aliada, e também de oposição, para levar dar efetividade ao referido processo. Cabe ressaltar a forma como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), considerada por Boito Júnior como um dos pilares da ascensão da política neodesenvolvimentista, atuou durante este processo. Seu presidente, Paulo Skaf, filiado ao PMDB, mesmo partido do então vice-presidente da república, foi um dos principais patrocinadores de manifestações contra o então governo, a partir do slogan “não vou pagar o pato”. As empresas classificadas como representantes dessa fração da burguesia, frente à conjuntura, também pouco fizeram para sustentar o mandato e a política econômica do então governo, mesmo tendo sido beneficiadas por diversas medidas, em especial de isenção tributária, a partir de 2011. Dessa maneira, transparece aos olhares do observador crítico que

Há mister para a complementação daquela teoria, de uma burguesia progressista capaz de figurar como aliado burguês da revolução. E por isso as ocasionais coincidências entre as posições do capitalismo burocrático e as forças realmente progressistas da política brasileira [...] Realmente é isso que vem ocorrendo no que respeita a orientação política de esquerda no Brasil [...] É isso que levou o capitalismo burocrático à aliança e ao apoio das forças populares e de esquerda, que aceitaram essa aliança sem maior exame e com a simples atribuição a seus aliadas, da qualidade consagradora de progressistas. Não foi, contudo, investigado em que consistia esses progressismo, nem se procurou analisar as reais características socioeconômicas e profissionais dos elementos burgueses que assim se aproximavam da esquerda. O simples fato da aproximação já valeu, por si só, de diploma de progressismo... Ingenuidade e inexperiência? Oportunismo? (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 127).

Considerações Finais

O que se pretendeu neste texto foi realizar uma análise da trajetória histórica percorrida pelo arcabouço teórico “novo – desenvolvimentista”, assim como as análises feitas por dois de seus principais representantes. Neste percurso, observa-se que o termo foi apresentado pela primeira vez por Ruy Mauro Marini, enquanto uma crítica à Cardoso e Serra, ainda no contexto da abertura política “lenta, gradual e segura”, durante a Ditadura Militar no Brasil, no ano de 1978.

Após um período de “ostracismo” político e teórico entre as décadas de 1980 e 1990, as discussões em torno do desenvolvimentismo retomaram corpo a partir dos anos 2000, com a vitória de Lula e do PT nas eleições presidenciais de 2002. Isso através dos escritos de dois filiados ao PSDB naquele momento: Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano. Foi Bresser-Pereira quem deu maior repercussão, e desenvolveu de forma mais precisa, as bases da referida perspectiva teórica, passando a se dedicar ao tema desde então.

No âmbito da ciência política, a discussão se deu de forma mais consistente partir das análises e formulações feitas por Armando Boito Júnior, inserindo a ideia de uma “nova burguesia nacional”, partícipe, e liderança, da “frente neodesenvolvimentista” durante os governos Lula e Dilma.

O que se observa é que na teoria e na política do “novo – desenvolvimentismo” não se atribui a devida consideração do que representa, observada a retrospectiva histórica, os já mencionados eventos que se referem ao golpe de 1964 e ao processo de globalização financeira, fazendo com que a referida teoria se direcione à uma estratégia política em que, pelos seus próprios pressupostos, resultem em remontar à ilusões do passado, em que a própria história já cumpriu a função de desmistificar.

Além disso, é difícil de se considerar que uma teoria que nasce da caneta de dois proeminentes do PSDB, então campo político rival ao PT, possa representar de fato um ponto de inflexão, um rompimento entre a política econômica, e a própria ação política, entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula/Dilma. Por mais que possam ser vistas algumas ações nesse sentido a partir de 2006, do ponto de vista político e histórico, o que se verificou foi uma repetição daquilo que já havia acontecido, e sido avisado, no passado, seja por autores como Marini ou Prado Júnior.

A ideia de se distinguir as frações da burguesia, no atual estado do capitalismo, é equivocada, pois há uma acentuação do entrelaçamento da atividade industrial e financeira, produtiva e especulativa, possível de ser verificada, inclusive, em termos do capital acionário. Políticamente o mesmo pode ser dito, não sendo pelas aparências funcionais, ou por uma questão de conjuntura, em que se possa atribuir posições, junto à um campo político referenciado como progressista, ou de esquerda, à uma, ou outra, fração da burguesia.

Cabe, portanto, ao campo progressista e de esquerda, no momento atual, e no âmbito teórico e político, refletir sobre o que ocorreu no período entre 2003 e 2016, para então se propor uma outra perspectiva e tipo pensamento, para se colocar em ação, uma nova prática política.

Referências Bibliográficas.

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, p. 779 – 810, Campinas, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea04.pdf>>.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/au/p0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>.
- BERRINGER, Tatiana. Brasil; BOITO JUNIOR, Armando: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política (UFPR)**. Curitiba, v. 21, p. 31 - 38, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300004>.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.
- BOITO JÚNIOR, Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: Gerardo Caetano. (Org.). **Sujeto sociales y nuevas formas de protesta em la história reciente de América Latina**. 1 ed. Buenos Aires: Clacso, 2006a, v.1, p. 271-297. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/caeta/PIICdos.pdf>>.
- _____. A burguesia no Governo Lula. In: Eduardo M. Basualdo y Enrique Arceo. (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes – tendências globales y experiências nacionales**. v. 1, p. 237-265, Buenos Aires, 2006b. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C07Boito.pdf>>.
- _____. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **9º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**. São Paulo, 2012a. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866>>.
- _____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JUNIOR, Armando; GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo. Alameda, p. 67 – 104, 2012b.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. **Revista de Economia Política**, v. 22, nº 3 (87), jul./set., 2002. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/87-10.pdf>>.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: ed. Editora 34, 5ª edição, cap. 20, 2003. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2003/Capitulo20.pdf>>.
- _____. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 20, nº 3, p. 5 – 24, jul./set. 2006. Disponível em: <https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf>.
- _____. Novo desenvolvimentismo: uma proposta para a economia do Brasil. **Nueva Sociedad**, edição especial em português, p. 58 – 72, 2010. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.26.Brasil_novo_desenvolvimentismo-Nueva_Sociedad.pdf>.
- _____. **Diálogo com a UNICAMP sobre o novo desenvolvimentismo**. 2012a. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/works/letters/360-Meus_amigos_desenvolvimentistas_da_Unicamp.pdf>.
- _____. **Estado desenvolvimentista, nacionalismo e liberalismo**. 2012b. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/372-Estado-Desenvolvimentista-Nacionalismo-Liberalismo_exLilian.pdf>.
- _____. Do antigo ao novo-desenvolvimentismo na América Latina. In: Luiz Carlos Delorme Prado; Rosa Freire d'Aguiar. (Org.). **Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: ed. Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, v. 1, 2012c.

- _____. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, v. 36, nº 2 (143), p. 237 - 265, abr./jun., 2016. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/143-1.PDF>>.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, v. 21, número especial, p. 811 – 829, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea05.pdf>>.
- CARNEIRO, Ricardo. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, v. 21, número especial, p. 749 - 778, Campinas, Dezembro de 2012.
- COSTA, Fernando Nogueira da. Capitalismo de Estado Neocorporativista. **RedeD – Rede de Desenvolvimentistas**, 2012. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3197&tp=a>.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1968.
- FONSECA, Pedro César Dutra. Homenagem a Caio Prado Jr. **Análise Econômica**, n. 14, p. 151 – 155, Porto Alegre, 1990. Disponível em: <seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/download/10358/6064>.
- _____. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. 2004**. Disponível em <http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/genese_e_precursores_do_desenvolvimentismo_no_brasil.pdf>.
- _____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. **IPEA (texto para discussão)**, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2103.pdf>.
- _____. O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. **Cadernos do Desenvolvimento**, v.11, nº 19, p. 117 – 128, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/7/pdf_1>.
- FONSECA, Pedro César Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**, v. 23, p. 403 – 428, mai./ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v23n2/06.pdf>>.
- HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2ª edição, 41ª reimpressão, 2009.
- INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS (IEA). **Entrevista com Luiz Carlos Bresser-Pereira**. Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/entrevista-bresser-pereira>>.
- MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra). In: **América Latina, dependência y globalización**, Clacso-Siglo del Hombre, p. 165 – 233, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100830092707/06razones.pdf>>.
- MIGLIOLI, Jorge. Burguesia e Liberalismo: Política e economia nos anos recentes. **Revista Crítica Marxista**, nº 6, p. 35 – 50, 1998. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo37critica6parte4.pdf>.
- _____. A globalização numa visão histórica. **Estudos de Sociologia** (São Paulo), FCL/UNESP/Araraquara, v. 6, p. 154 - 162, 1999. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/759/624>.
- MORAIS, Lécio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia Política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 31, nº 4, p. 507 – 527, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n4/01.pdf>>.
- NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990 - 2007. In: Marques, R. M.; Jansen Ferreira, M. R. (orgs.). **O Brasil sob a nova ordem**. São Paulo: ed. Saraiva, 2010.
- OLIVA, Aloizio Mercadante. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003 – 2010)**. 537f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286345/1/Oliva_AloizioMercadante_D.pdf>.

OLIVEIRA, Raphael Rodrigues de. “**Nova burguesia nacional**” nos Governos Lula e Dilma? Uma crítica às teses de Armando Boito Júnior (2003-2013). Vitória: UFES, 2016 (Dissertação de Mestrado em Política Social UFES). Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10496_RAPHAEL%20RODRIGUES%20DE%20OLIVEIRA.pdf>.

PERICAS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior: uma biografia política**. São Paulo: ed. Boitempo, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Versão online. Disponível em: <http://resistir.info/livros/historia_economica_do_brasil.pdf>.

_____. **Estruturalismo de Levi-Strauss e Marxismo de Louis Althusser**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1971.

_____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: ed. Brasiliense, 7ª edição, 1987.

_____. **História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: ed. Brasiliense, 2001.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: Uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente**. 299 f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285670/1/SampaioJunior_PlinioSoaresdeArruda_D.pdf>.

_____. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 112, p. 672 - 688, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>>.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 23, p. 33 - 88, 1980.

SICSU, João; PAULA, Luiz Fernando de; SILVA, Renault Michel Barreto. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**. v. 27, nº 4, (108), p. 507 - 524, out./nov., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a01v27n4.pdf>>.